



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

MARIA VITÓRIA DA SILVA REIS

**OFERTA DE DISCIPLINAS VOLTADAS À SAÚDE PÚBLICA NOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPC'S) DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO
FÍSICA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**ARIQUEMES - RO
2021**

MARIA VITÓRIA DA SILVA REIS

**OFERTA DE DISCIPLINAS VOLTADAS À SAÚDE PÚBLICA NOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPC'S) DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO
FÍSICA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do
Grau em Bacharel em Educação Física, apresentado
à Faculdade de Educação e Meio Ambiente –
FAEMA.

Prof. Orientador: Ms. Yuri de Lucas Martins Xavier.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R375o Reis, Maria Vitória da Silva.

Oferta de disciplinas voltadas à saúde pública nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) do curso de bacharelado em Educação Física ofertados no Estado de Rondônia. / Maria Vitória da Silva Reis. Ariquemes, RO: Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 2021.

43 f. ; il.

Orientador: Prof. Ms. Yuri de Lucas Martins Xavier.

Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Educação Física Bacharelado – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes RO, 2021.

1. Educação Física. 2. Atenção Primária à Saúde. 3. Projeto Pedagógico de Curso. 4. Graduação. 5. Rondônia. I. Título. II. Xavier, Yuri de Lucas Martins.

CDD 372

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

MARIA VITÓRIA DA SILVA REIS

**OFERTA DE DISCIPLINAS VOLTADAS À SAÚDE PÚBLICA NOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPC'S) DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO
FÍSICA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do Grau em Bacharel em Educação Física, apresentado à Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

Prof. Orientador: Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins.

Banca Examinadora

Prof. Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof. Ms. Leonardo Alfonso Manzano
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof. Ms. Jessica de Sousa Vale
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Ariquemes, 26 de novembro de 2021.

À mim e todos os meus esforços para me manter de pé até esse momento.

À minha rede de apoio (Família, amigos, companheiros de turma) e aproveito a dizer
gratidão por estarem comigo neste momento.

À Deus e por todas as portas que me abriu e fechou, mas sempre me mostrando o
que era melhor para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por esse momento, são 4 anos de muita bagagem, na maioria não muito boas. Mas ainda sim gratidão pelo que me tornei, pela força que há dentro de mim e em meio a tanta vontade de desistir, eu sempre encontrei uma forma de me reinventar.

Obrigada Mãe e Pai por me darem a possibilidade de estar aqui, obrigada a vida por ter tirado e ao mesmo tempo me colocado no momento certo e na hora certa em todos esses anos, tudo que passei até aqui me deixaram marcas as quais me fizeram mudar, enxergar e me perceber como uma grande mulher, forte e batalhadora.

Obrigada aos meus professores em especial ao Ms. Manzano por ser pai e amigo, obrigada a Dra. Rosani por me mostrar que a Educação Física nunca foi uma opção e sim, minha melhor escolha. Aos meus amigos, em especial, Herta, Raquel, Milleny e Victor, imensa gratidão pelos momentos que senti só e vocês de alguma forma me mostraram que não, escrevo esses agradecimentos em um dia muito difícil, na qual eu pensei que não daria conta, existe sim muita gratidão por chegar ao fim, mas também existe muito cansaço e dor de uma batalha exclusivamente minha e de marcas que permaneceram ao longo da minha vida.

“Mens sana in corpore sano”

Sátira X – Juvenal

RESUMO

A Educação Física (EF) é a ciência que trata do movimento humano, abrangendo diversas manifestações que remetem a prestação de serviço na intenção de garantir qualidade de vida através da prática de atividade física. Dentre as áreas de atuação, está a saúde pública, em específico a atuação na Atenção Primária à Saúde (APS), considerada a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, na qual o profissional da educação física tem um importante papel, previsto na legislação vigente que rege a profissão. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi verificar se há oferta de unidades curriculares referentes à Atenção Básica nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC'S) de Educação Física, grau bacharelado em Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Rondônia, bem como a abordagem de Atividade Física no âmbito de saúde no processo de formação acadêmica destas instituições, discorrendo sobre as políticas educacionais e legislações pertinentes e análise dos dados encontrados com a reflexão sobre os benefícios sociais e educacionais. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter quanti-qualitativo, que busca analisar predominância de disciplinas que abordem de maneira transversal o tema proposto. Neste sentido, chegou-se à conclusão de que, das IES que ofertam disciplinas sobre saúde pública, possuem poucas unidades sobre a temática, fornece uma estrutura limitada e incipiente de saúde coletiva e políticas públicas de saúde, inviabilizando a atuação do profissional de EF nas equipes multidisciplinares do sistema público de saúde brasileiro.

Palavras-chave: Educação Física. Atenção Primária à Saúde. Projeto Pedagógico de Curso. Graduação. Rondônia.

ABSTRACT

Physical Education (PE) is the science that deals with human movement, encompassing several manifestations that refer to service provision with the intention of ensuring quality of life through the practice of physical activity. Among the areas of activity, there is public health, in particular the performance in Primary Health Care (PHC), considered the gateway to the Unified Health System (SUS) in Brazil, in which physical education professionals have an important role, provided for in the current legislation governing the profession. Thus, the objective of this work was to verify if there is an offer of curricular units related to Primary Care in the Pedagogical Projects of the Course (PPC'S) of Physical Education, bachelor's degree in Higher Education Institutions (HEI) in the state of Rondônia, as well as the approach of Physical Activity in the field of health in the academic training process of these institutions, discussing the educational policies and relevant legislation and analysis of the data found with the reflection on the social and educational benefits. This is a documental research of quantitative and qualitative character, which seeks to analyze the predominance of disciplines that address the proposed theme in a transversal way. In this sense, it was concluded that, of the HEIs that offer disciplines on public health, they have few units on the subject, they provide a limited and incipient structure of collective health and public health policies, making it impossible for PE professionals to work in multidisciplinary teams of the Brazilian public health system.

Keywords: Physical Education. Primary Health Care. Pedagogical Course Project. University graduate. Rondônia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUS	Sistema Único de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde
NASF	Núcleo Saúde da Família
PAS	Programa Academia da Saúde
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
AF	Atividade Física
EF	Educação Física
MS	Ministério da Saúde
PNPS	Política Nacional de Promoção de Saúde
PPC'S	Projetos Pedagógicos de Curso
IES	Instituições de Ensino Superior
OMS	Organização Mundial da Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
SAPS	Secretaria de Atenção Primária de Saúde
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Modalidade de oferta do curso: presencial e à distância.....	26
Gráfico 2 – Disponibilidade do PPC em domínio público.....	27
Gráfico 3 – PPC's que contemplam disciplinas voltadas à saúde pública	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ATUAÇÃO GERAL	16
2.2 O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATENÇÃO BÁSICA.....	17
3 METODOLOGIA	23
3.1 TIPOS DE ESTUDO	23
3.2 COLETAS DE DADOS.....	23
3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	24
3.4 ANÁLISES DE DADOS.....	24
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 QUANTITATIVOS DE INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, MODALIDADE E DISPONIBILIDADE DE ACESSO AO PPC	26
4.2 PPC'S QUE CONTEMPLAM AS DISCIPLINAS VOLTADAS À SAÚDE PÚBLICA.....	28
4.3 A IMPORTÂNCIA DA OFERTA DE DISCIPLINAS VOLTADAS À ATENÇÃO BÁSICA PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO	44

1 INTRODUÇÃO

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) representou um avanço significativo para a população brasileira, especialmente em seus princípios de organização, que espelham a garantia de acesso de toda a população aos serviços de saúde e a participação dos usuários no processo de formulação de políticas de saúde e seu controle da execução (LINARD, CASTRO, CRUZ 2011). O SUS é norteado pelos princípios da universalidade, integralidade e da equidade, bem como das diretrizes operacionais baseadas na descentralização, regionalização e hierarquização (FRAGA, CARVALHO E GOMES, 2012)

A Atenção Primária à Saúde (APS), também conhecida como Atenção Básica, é considerada o primeiro nível de complexidade, sendo atendimento inicial da população ao SUS, tendo como objetivo principal orientar os usuários na prevenção de doenças e encaminhar aos setores especializados a partir da distribuição e organização dos atendimentos nas redes de saúde (BRASIL, 2011). Desta forma, há programas regionalizados de atenção à saúde, como o Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF); Programa Academia da Saúde (PAS); Atenção Primária a Saúde (APS), que devem assistir e instruir práticas de prevenção e cuidados (SOALHA, 2014).

O SUS está submetido aos desafios da contemporaneidade, e suas evoluções, em particular com os processos de transições demográfica e epidemiológica, assumem que o envelhecimento populacional e a incidência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), necessitam especial atenção de macro e micro políticas (Malta et al., 2006, 2004) É possível ressaltar políticas de alimentação adequada das escolas à comunidade, sustentação de programas de Atividade Física (AF) que visam transformar o viés de qualidade de vida, superando as concepções de mudança de corpos padrões, junto a adaptação ou a elaboração de ações em promoção de saúde (BRASIL, 2018).

De forma a acrescentar nos princípios e diretrizes do SUS, a Educação Física (EF) é a ciência que trata do movimento humano, abrangendo diversas manifestações que remetem a prestação de serviço na intenção de garantir qualidade de vida através da prática de AF. O profissional de EF é responsável por possibilitar a junção de assistir o desenvolvimento em educação e saúde, agregadas aos princípios de instruir e

supervisionar práticas corporais contemplando as necessidades e individualidades, a fim de proporcionar o bem-estar, reabilitação, expressões estéticas, prevenção de doenças e compensação de distúrbios funcionais (CONFEF, 2002, p.3).

Em outro cenário, as práticas regulares de AF vêm sendo descritas com importância na estratégia de promoção à saúde, pois promove uma série de benefícios biopsicossociais, sendo considerados pelo Ministério da Saúde (MS) como uma das prioridades entre as estratégias da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2006). Seu vínculo com a rede básica e ações intersetoriais de aconselhamento, garantem ao Profissional de EF ocupação como parte integrante da equipe multidisciplinar no âmbito de saúde coletiva (DA GUARDA et al., 2014)

Saporetti, Miranda e Belisário (2016), comentam que a atuação do profissional de EF no NASF acarreta uma série de desafios, dentre os quais, lidar com questões não usuais em sua prática cotidiana, como o trabalho em uma equipe constituída por outros profissionais da área da saúde e a realização de ações de promoção da saúde nos âmbitos individuais e coletivos.

De acordo com a formação do profissional de EF, é comum associar com padrões de beleza e estética, cultuaram ao corpo construções sociais ratificadas pela mídia, modelo fitness e esportivo pelo mercado de produtos, a população ainda segue traços identitários, uma determinada forma física pode caracterizar aceitação ou rejeição (BRASIL, 2015), levados em um contexto histórico sobre os focos de atenção quando se trata de assimilar o esporte como ferramenta para o desenvolvimento humano positivo (Marques et al., 2016)

Entretanto, por mais que as competências prévias da atuação do Profissional de EF tenham sido regulamentadas pela PNPS em 2005, ainda não está bem definida a demanda específica para a atuação do Profissional de EF e ainda se mostra pouco reconhecimento sobre o potencial de atuação do núcleo da EF na prevenção, promoção, atenção ou reabilitação da saúde (CORRÊA et al., 2014)

Durante a primeira década do século XXI, as propostas curriculares dos cursos de EF vêm sendo analisadas com o objetivo de aprimorar sua qualificação, garantindo abrangência no mercado de trabalho (SILVA, NICOES, KNUTH, 2021). No que tange à formação na área, de acordo com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), seguindo a RESOLUÇÃO CONFEF nº 046/2002, declara-o como especialista no conhecimento da atividade física/motricidade humana, o Profissional

de EF pode atender de forma individual, ou coletiva, como nas equipes multiprofissionais (CONFEF, 2002).

Desta forma, o objetivo principal da pesquisa foi analisar os projetos pedagógicos de cursos (PPC's) de graduação em Educação Física, no grau bacharelado, nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Rondônia, que abordam temáticas em unidades curriculares que correspondam a atuação do profissional na saúde pública, com finalidade de expor alguns conceitos essenciais referentes à capacitação do Profissional de EF na atenção básica, discorrendo sobre as políticas educacionais e legislações pertinentes e análise dos dados encontrados com a reflexão sobre os benefícios sociais e educacionais e discutindo a importância da capacitação dos profissionais de EF durante a graduação. Partiu-se do pressuposto de as IES do estado que ofertam o curso de Educação Física não contemplam nos PPC, disciplinas específicas para atuação na saúde pública, e quando oferta, a abordagem é incipiente e insuficiente para sua qualificação. Propondo então, que a introdução e abordagem de disciplinas específicas para atuação na saúde pública, nos PCC's de EF pode estar influenciando na qualificação dos profissionais para o seu exercício em áreas de saúde pública.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ATUAÇÃO GERAL

A construção do Projeto Educação Física (EF) teve início, em território brasileiro, quando os primeiros grupos de colonos, imigrantes, militares, em diferentes partes do país, começaram a se estruturar em atividades que buscavam buscando o lazer, a formação corporal ou a disciplina (SOUZA NETO et al., 2004). Desde os primórdios da humanidade, o homem pré-histórico dependia de força, velocidade e disposição para poder sobreviver, sendo, portanto, bastante ativo fisicamente. Além disso, na Grécia Antiga, a EF era reconhecida principalmente através da ginástica conhecida como “arte do corpo nu”, pela qual as pessoas se preparavam fisicamente para a guerra.

A atividade física (AF) pode ser entendida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985), tendo componentes e determinantes de ordem biopsicossocial, cultural e comportamental, podendo ser exemplificada por jogos, lutas, danças, esportes, exercícios físicos, atividades laborais e deslocamentos (PITANGA, 2002).

A percussão dos processos formativos da EF permaneceu, hegemonicamente, distante dos debates de um pensamento crítico sobre sua profissionalização na área da saúde, condicionado ainda que de formas conservadoras em relação às discussões e práticas fragmentadas, centradas na instrução técnica e mecanicista, porém, submetida há avanços que foram experimentados nos últimos anos (FREITAS; BRASIL; SILVA, 2006; CARVALHO, 2007). De acordo com Resolução CONFED nº 046/2002, o curso de EF utiliza procedimentos, diagnósticos, com vistas a orientar, desenvolver e supervisionar, além de avaliar as atividades físicas, desportivas e similares. Como especialista no conhecimento da atividade física/motricidade humana, o Profissional de EF pode atender de forma individual, ou coletiva, como nas equipes multiprofissionais (CONFED, 2002).

De acordo com a Diretriz Curricular Nacional (DCN) de Educação Física de 2018, dispõe que:

I - Saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde (BRASIL, 2018, p.6).

Somente no ano de 2000 que as possibilidades da inserção do Profissional de EF na Atenção Primária à Saúde (APS) foram levadas em maiores estimas, segundo (SANTOS, BENEDELTTI 2013). Buscando compreender melhor a atuação do profissional de EF quanto as políticas de promoção de saúde e sua identidade no âmbito de atuação, reconhecimentos preliminares feitos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2002, dispendo que políticas públicas devem propender-se das práticas de exercício físico na promoção de vida saudável (CONFEEF, 2004).

Posteriormente já se tem uma visualização do Profissional de EF, o qual é apresentado nas diretrizes Caderno de Atenção Básica, inserido no Núcleo de Apoio Saúde da Família (NASF) e nos nove âmbitos estratégicos do programa, sendo uma delas às Práticas Corporais e Atividade Física, no qual se destaca a importância do profissional para incorporar as equipes multiprofissionais e sua excelência como um todo (LOCH et al.,2019).

A AF é uma alternativa terapêutica que contribui diretamente no tratamento e melhoria da qualidade de vida de muitos portadores de DCNT, promoção de saúde e prevenção de outras doenças (GALVIN et al., 2014). Com os anos os estudos sobre os benefícios do exercício físico regular em indivíduos portadores de DCNT, como diabetes, que tem o exercício físico como parte primordial na profilaxia e tratamento. As análises dispõem que os pacientes submetidos ao treinamento obtiveram diminuição glicêmica, no que levou a melhorar e estimulação das vias de sinalização aumentando o transporte de glicose refletindo na maior sensibilidade à insulina (RÖHLING et al., 2016; GALVIN et al., 2014; MACLEOD et al., 2013).

2.2 O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATENÇÃO BÁSICA

Em 2008, o Ministério da Saúde pública Portaria N° 154 que institui o programa NASF e na sequência torna público o documento intitulado de Diretrizes do NASF, atualizando-o posteriormente com uma redefinição de parâmetros e modalidades (BRASIL, 2012). Segundo o Caderno de Atenção Básica, o NASF abrange nove áreas estratégicas que fazem parte da sua composição, dentre elas, estão a saúde da

criança e do adolescente, serviços de saúde mental, reabilitação integral da pessoa idosa, alimentação e nutrição, e em específico as atividades físicas, práticas corporais, práticas integrativas e complementares (BRASIL, 2018).

Quando falamos em AF e práticas corporais, já levamos em consideração a atuação de um profissional especializado nessa área, que se voltem especificamente em promoção de saúde. A proporção tomada por esse pensamento resultou na criação da PNPS que foi instituída pela Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, desde sua publicação foram assegurados no Art. 2º de sua constituição, declara que:

A PNPS traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetoriais, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular sua ação com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social (BRASIL, 2014, p.1).

Moretti et al., (2009), expõem que o contexto da promoção da saúde é compreendido como uma das estratégias de produção social de saúde, que se articula e permeia políticas públicas e tecnologias implantadas, as quais pressupõem abranger a interação entre o setor sanitário e os demais setores da sociedade, cercando o indivíduo e seu meio, construindo uma rede de co-responsabilidade pelo bem-estar global. Fortalecendo a atenção centrada na pessoa e na família através de profissionais prescritores, capazes de identificar suas necessidades (MENDES, 2011).

Por meio da institucionalização e a nova vigência da PNPS, o SUS atribui as práticas de AF como parte primordial na adequação de estilo de vida saudável. A própria política dá exemplos de quais seriam as vantagens dos programas, as quais prevê em o mapeamento e apoio as intervenções que usam como pauta as ações existentes nos serviços de atenção básica e na Estratégia de Saúde da Família (ESF), que atuam de forma integrada junto ao NASF e sua inserção, a qual ainda não se tem programas que visam à importância de práticas regular de AF (BRASIL, 2010, 2012).

2.3 INSERÇÕES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE

O NASF foi criado em 2008 com o propósito de ampliar o raio de mediação intervenções promovidas pelas ESF através de suas diretrizes e a configuração do

apoio matricial (BRASIL, 2010). Com isso, se trata de manejo multidisciplinar com o intuito de instruir, aperfeiçoar e programar a atenção e gestão da saúde na APS em prol Saúde da Familiar (BRASIL, 2008). Essas equipes são compostas por profissionais de capacitação de nível superior, tais como: Profissionais de EF, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e médicos, integrando um conjunto de competências trabalhando de forma adjuntas as estratégias de ampliação, profilaxia, melhoria da qualidade de vida da sociedade, assim compondo então equipes interdisciplinares. (SOUZA-RABBO et al., 2010).

Envolver a subvalorização do exercício pelos profissionais de saúde não pactua com processo de promoção, a AF que ainda tem alto nível de discordância e exclusão como colaborador no processo de promoção de saúde, se vê recluso e nas classes multidisciplinares, sendo uma das explicações do por que grande parte da população tem alto índice de inatividade física, não obstante, esse mesmo grupo multidisciplinar não está habilitado com a formação que lhes capacitam auxiliar de forma adéqua no suporte à prescrição e monitoramento do exercício (GUALANO, TINUCI, 2011). Com isso, cabe apenas ao profissional de EF promover e sanar dúvida quanto a essas práticas, inclusive no âmbito da saúde coletiva (MENDES et al., 2010)

Através disso, vale ressaltar que essa ação deve ser além de simplesmente dar informação dos benefícios da AF à saúde em uma longevidade, mas também que o maior desafio da comunidade seja a instrução e manejo dessas práticas para que se tornem pessoas ativamente físicas (LOCH et al., 2019). Sendo assim, prever medidas é essencial e exclusiva ao profissional de EF que visa compor com competência uma equipe multidisciplinar devidamente atribuída à sua habilitação (GUALANO, TINUCCI, 2011).

Pedrosa e Leal (2012) discorrem que a inserção do Profissional EF no NASF é uma oportunidade de a interdisciplinaridade ser a peça-chave na promoção da saúde e influenciando na redução da demanda dos usuários aos serviços do SUS de maior complexidade. Nessa busca, Falci e Belisário (2013) debateram a inserção do Profissional de EF na APS representou se reconhece o benefício da aplicação desse profissional ao âmbito de saúde coletiva, porém a sua formação ainda se faz insuficiente quanto às perspectivas previstas pela sua atuação nas unidades adjunta as equipes multiprofissionais:

Quebra de paradigma, reforço à necessidade de mudanças na formação, progresso para a profissão e contribuição aos serviços de saúde. Essa última foi relacionada à possibilidade de o mesmo gerar maior qualidade nas ações que envolvem a atividade física e de ampliar seu escopo no que se refere à promoção e proteção à saúde. Entretanto, relataram que o PEF ainda não foi incluído, de fato, neste campo (FALCI; BELISÁRIO, 2013, p.887)

Além do processo saúde-doença, entende-se que o envelhecimento da população expressa significativamente um dos maiores desafios, sendo os mais acometidos e principais usuários do Sistema de Saúde Pública. Anjos e Duarte (2009) explanam que o ensino em saúde para a APS deva ser coordenado não apenas aos aspectos biológicos, mas em seu contexto e relações, numa abordagem integral. Nesse mesmo segmento, apontando novas demandas em saúde possibilitando a contextualização das ações do profissional de EF. Loch e Florindo (2012) ressaltam que esta discordância também é enfrentada por outros grupos profissionais e acreditam que, para confrontá-la, seja fundamental que os envolvidos estejam aptos a compartilhar conhecimentos.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À ATIVIDADE FÍSICA

De acordo com Art. 3º da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, saneamento básico, alimentação, moradia, educação e atividade física e lazer se pactuam como determinantes e condicionantes essenciais para a saúde, atribuindo à organização social e econômica do País, previsto também em Lei 12.864, de 2013.

O processo saúde-doença é um dos aspectos centrais para os profissionais de saúde com intuito de ampliar o contexto de saúde e possibilitar a oferta de uma boa qualidade de vida, mesmo perante as limitações. A relação com os usuários se faz necessária junto ao aprendizado do uso mecanismos e das tecnologias para o cuidado que integra a formação desses profissionais no âmbito de saúde (BRASIL, 2010).

O Ministério da Saúde (2015) atribui ao profissional os seguintes pontos:

Conceber a saúde como algo produzido pessoal e coletivamente requer também um olhar ampliado sobre a prática profissional, o sujeito e sua condição objetiva de viver e produzir a saúde de que necessita. Permite compreender que a complexidade na qual o processo saúde-doença se desenvolve na sociedade sugere que esse fenômeno não perpassa unicamente o setor saúde e não está localizada apenas no território onde os indivíduos moram, mas em outros espaços de convivência e construção humana, como a família, as associações comunitárias, os espaços de decisões políticas governamentais, os locais e equipamentos públicos de lazer, as ruas, o trabalho e nas relações intersetoriais, que neste caso, tratam do diálogo entre saúde e educação (BRASIL, 2015,p.3).

Foi instituído para orientação e servir de ponto norteador do profissional de EF com a comunidade Caderno Temático de práticas corporais, atividade física e lazer (2015) e os seguintes programas:

Quadro 1- Programas de que possibilitam a atuação de Profissional de EF.

Portarias/Decretos	Programas	Descrição
Portaria GM/MS 235 em 20 de fevereiro de 2001	Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus	Reorganização da atenção aos segmentos populacionais expostos ou portadores de hipertensão arterial e de diabetes mellitus na rede pública de serviços de saúde;
Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002	Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);	Finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007	Programa Saúde na Escola (PSE)	Finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
Portaria GM/ MS nº 1.402, de 15 de junho de 2011.	Programa Academia da Saúde (PAS)	Como ponto de atenção no território complementa o cuidado integral e fortalecem as ações de promoção da saúde em articulação com outros programas e ações de saúde como a Estratégia Saúde da Família, os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF) e a Vigilância em Saúde.

Fonte: Da autora (2021).

O PAS, em específico, se refere a um local voltado a comunidade, com acesso as múltiplas áreas de tratamento, junto à elaboração de práticas organizadas e devidamente criadas para corresponder a sua necessidade. Vale ressaltar que é orientada a inserção do indivíduo a uma nova metodologia de ensino, conhecimento, a qual tem intuito de inseri-los em uma estratégia de promoção de saúde e qualidade de vida, como acompanhamento nutricional, reabilitação, práticas de AF e imersão em cultura (BRASIL, 2018).

O profissional de EF insere-se então nos mais diferentes modelos de atenção, sua presença nas áreas de saúde e educação é muito importante e tem seu foco aliado ao quadro sanitário mundial, em que a maior parte das DCNT da população

está vinculada ao regime alimentar e ao sedentarismo, desde a puerícia (FRAGA, WACHS, 2007).

Levando em consideração a complexidade inerente à prevenção de doenças, promoção de saúde e produção do cuidado compartilhado, afirma-se que as ações e os serviços da PAS se fazem viáveis através de saberes e práticas do campo da saúde coletiva. Nessa perspectiva de integração multidisciplinar, é defendido o modelo teórico de produção de conhecimentos, os quais vários saberes vislumbram dos mesmos objetivos e temas (LUZ, 2009).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE ESTUDO

Trata-se de uma Pesquisa Documental, tendo em vista a complexidade dos fenômenos sociais da temática estudada e a necessidade de mensurar numericamente os significados das informações encontradas, adotou-se o método de pesquisa quanti-qualitativa. Na elaboração de seus tópicos buscou-se uma maior familiarização com o problema, realizada por levantamento bibliográfico e coleta de dados de domínio público (GIL, 2010).

A revisão de literatura da fundamentação teórica se deu por meio da busca eletrônica nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/BIREME) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual PubMed, considerou-se os materiais publicados entre os anos de 2000 e 2021. Utilizaram-se os descritores: “Sistema Único de Saúde”; “Atenção Primária à Saúde”; “Profissional de Educação Física”; “Políticas Públicas de Saúde”. Dentre os materiais, considerou-se: livros; artigos; manuais de orientação governamental e legislações.

A investigação considera como principais provedores de materiais, bases sustentadas por organizações de caráter público, solicitadas pelo site do e-MEC, onde executa trâmites eletrônicos de processos e regulamentação das Instituições de Ensino Superior credenciadas, buscando autorização, renovação de reconhecimento de cursos, agrupados a uma fichamento de cadernos técnicos de apoio a implantação, e implementação, disponibilizados pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) e relatórios analíticos das atribuições dos profissionais de Educação Física nos estabelecimentos de prestação de serviços à saúde.

3.2 COLETAS DE DADOS

A coleta de dados referente às Instituições de Ensino Superior do Estado (IES) de Rondônia que ofertam o curso de bacharelado em Educação Física foi realizada através de consulta à plataforma e-MEC (<https://emec.mec.gov.br>), considerando os seguintes filtros:

- a) Busca por: Curso de Graduação;

- b) Curso: Educação Física – bacharelado;
- c) UF: RO;
- d) Categoria Administrativa: públicas e privadas;
- e) Organização acadêmica: faculdade; centro universitário; institutos federais; universidades; escolas de governo;
- f) Modalidade: presencial e EAD;
- g) Situação: ativa.

3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para a inclusão foi analisada IES públicas e privadas, presenciais ou a distância (EAD), das instituições no quadro de tabulação, considerou-se os filtros utilizados para a pesquisa na plataforma e-MEC, acima citados. Em uma filtragem mais detalhada, excluíram-se as instituições que ofertam apenas Curso de Licenciatura em Educação Física e aquelas que não disponibilizam os PPC's e suas respectivas ementas.

A seleção para análise dos PPCs se deu pelos seguintes critérios: curso de bacharelado em Educação Física que ofertassem de modalidade presencial e/ou à distância, do estado de Rondônia, que estivessem presentes no Sistema de Regulação do Ensino Superior (EMEC). Também que disponibilizasse os PPCs em domínio público, uma vez que esta pesquisa não se submeteu ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Desta maneira não atender os parâmetros citados acima são critérios de exclusão.

3.4 ANÁLISES DE DADOS

O tratamento e a análise dos dados foram realizados com o auxílio do software Excel, pois a plataforma e-MEC permitem a exportação dos dados no formato de planilha, de forma que foi possível tratar os dados encontrados. Na etapa quantitativa, por meio do Excel, foi utilizada a tabulação de porcentagem dos dados apurados, que permitiu a tradução de informações em números, de forma que foi possível traduzir as informações em números para classificá-las e analisá-las mediante o uso de recursos e técnicas estatísticas.

Todavia, na etapa qualitativa utilizou-se o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), compreendida como um conjunto instrumentos metodológicos em contínuo aperfeiçoamento que pode ser aplicado em conteúdos diversificados. Tal método se organiza em três fases: 1) Pré-análise; fase em que o material é organizado para formulação de objetivos e hipóteses, como também a construção de indicadores que guiarão a interpretação final dos dados; 2) Exploração do Material; esta fase compreende ao agrupamento das informações adquiridas em unidades para caracterizar o conteúdo; 3) Tratamento dos Resultados; última fase em que há inferência e interpretação dos conteúdos pesquisados (MARSARO, 2012).

Os dados foram divididos em três categorias com conteúdo proposto de forma quantitativo/qualitativa: 1- Instituições que abordam e maneira delimitada ou transversal à temática e contemplam a unidades curriculares de Saúde coletiva e educação física; 2- Instituições que abordavam de maneira delimitada ou transversal à temática e contemplam as unidades curriculares Políticas Públicas de Saúde e Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer; 3 - Instituições que abordam de maneira delimitada ou transversal com disciplinas que são importantes para atuação na saúde como epidemiologia, bioestatística etc.; 4 - Instituições que abordam de maneira delimitada ou transversal à temática em nenhum viés.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Tratando-se de uma pesquisa documental em domínio público, não se fez necessário a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Porém, por questões éticas, optou-se pela não identificação das instituições pesquisadas, representadas apenas numericamente e nos critérios estabelecidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

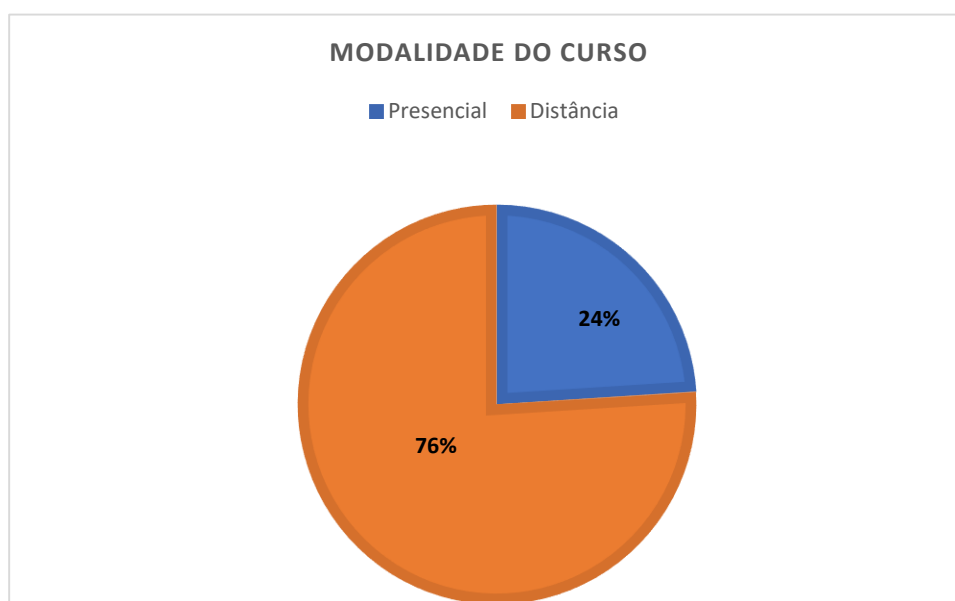
Nesta seção, está a apresentação dos resultados encontrados durante a pesquisa, bem como a articulação com o referencial teórico para embasamento da discussão.

4.1 QUANTITATIVOS DE INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, MODALIDADE E DISPONIBILIDADE DE ACESSO AO PPC

A coleta resultou em um total de n=25 IES cadastradas na plataforma e-MEC que se enquadravam nos critérios estabelecidos para esta pesquisa. Embora na pesquisa se tenha utilizado o filtro para instituições públicas e privadas, n=25 (100%) estavam habilitadas como instituições privadas, demonstrando que o estado não fornece o grau bacharelado em instituição pública.

A respeito da modalidade de oferta do curso, presencial e à distância, o gráfico 1 abaixo demonstra o percentual encontrado, sendo que n=6 (24%) são as de modalidade presencial, e n=19 (76%) são as de modalidade à distância. Sendo assim, é possível observar a prevalência da oferta do curso de EF bacharelado na modalidade à distância.

Gráfico 1 – Modalidade de oferta do curso: presencial e à distância



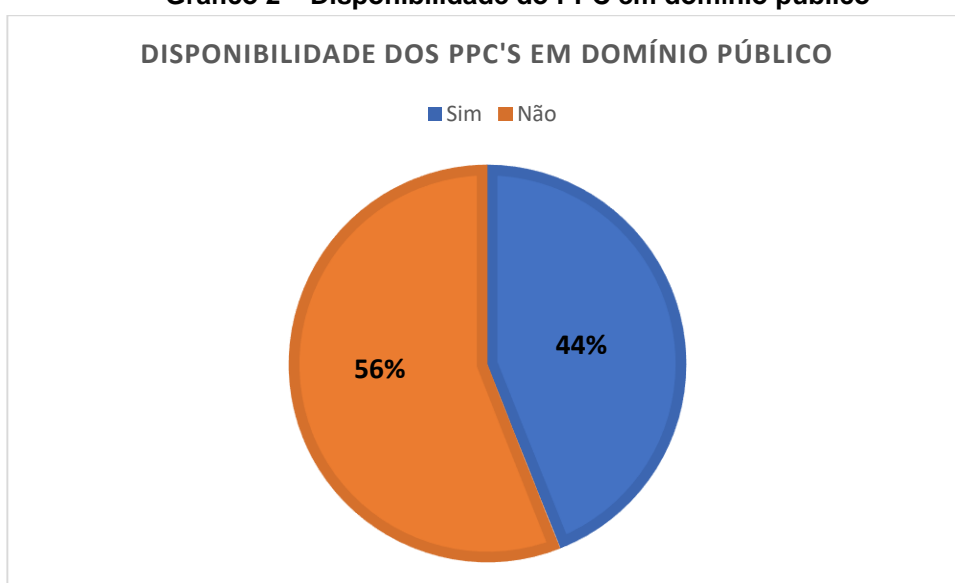
Fonte: Da autora (2021).

Na tabela acima é identificado que uma parte significativa das modalidades de IES é de método à distância. Para Rufato e Silva (2020), seguindo a linha de modernização e evolução da tecnologia o sistema híbrido veio trazer a possibilidade de adequação e acessibilidade para a sociedade para adentrar em uma graduação. O avanço tecnológico contribuiu para a expansão da Educação a Distância (EaD) possibilitando a superação das barreiras de distância e reduzindo dificuldades de acesso à Educação (SILVA et al. 2019).

A primeira inserção da formação à distância em Educação Física no Brasil se deu a partir de 1965, entretanto, por mais que atualmente se torne uma forma de levar acessibilidade de ensino superior à sociedade, tem sido alvo de críticas pela sua metodologia de ensino. Para Silva e Rufato (2019, p.21), a controvérsia dessa modalidade tem dois princípios indispensáveis que são o fato de que as DNC atuais estão intimamente ligadas ao caráter tecnicista das práticas corporais e com grande influência na área biomédica.

Em relação à disponibilidade dos PPC's em domínio público, foi possível constatar que: n=11 (44%) estavam disponíveis para acesso, e desse total, n=3 eram dos cursos ofertados na modalidade presencial; e n=8 eram da modalidade à distância. Do total das instituições, n=14 (64%) não disponibilizaram o PPC em domínio público, sendo que, desse valor, n=3 são da modalidade presencial e n=11 da modalidade à distância.

Gráfico 2 – Disponibilidade do PPC em domínio público



Fonte: Da autora (2021).

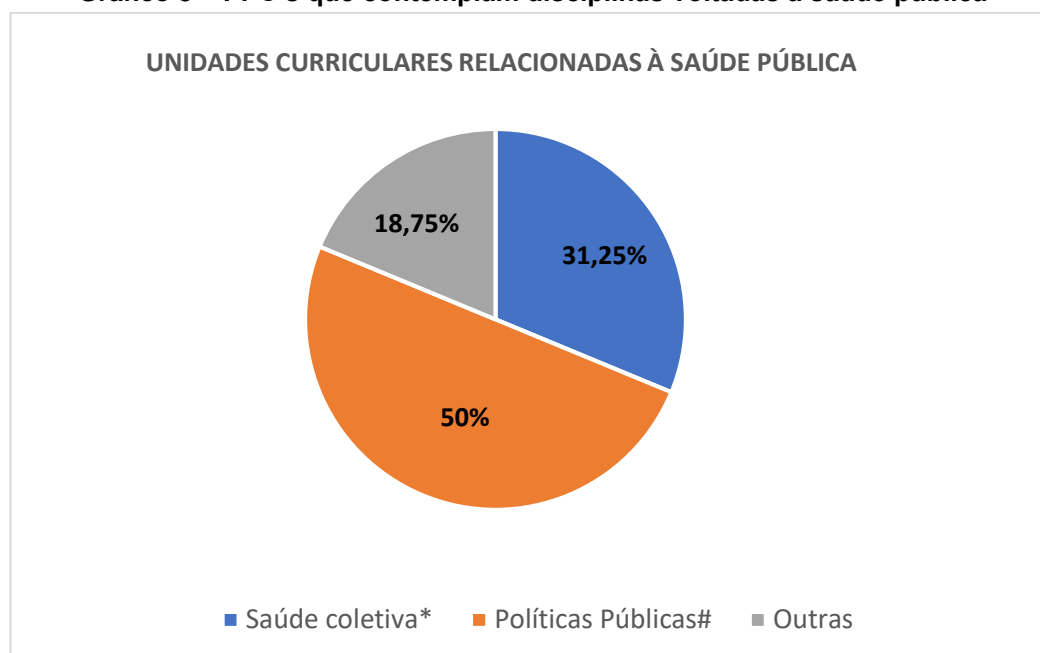
Dos 100% de instituições pesquisadas, apenas n=11 disponibilizam os PPC's para acesso ao público. O fato de pouco mais da metade não disponibilizar, inviabilizou a conferência das disciplinas ofertadas no curso por essas instituições. A não disponibilização do PPC implica em outros fatores importantes: a população em geral acaba por não ter acesso aos detalhes que envolvem toda a estrutura do curso, sendo assim, os indivíduos interessados em cursar não poderão se inteirar de informações importantes que regem o curso, visto que, embora se tenha os diretrizes comuns e gerais para a área, cada instituição possui suas particularidades, que podem ou não interferir na qualidade e no andamento do curso.

4.2 PPC'S QUE CONTEMPLAM AS DISCIPLINAS VOLTADAS À SAÚDE PÚBLICA

Após o acesso aos PPC's disponíveis, foi possível verificar a oferta de disciplinas voltadas à saúde pública. Dos n=11 PPC's disponíveis, n=5 ofertam a disciplina de Saúde Coletiva (31,25%), contemplando a seguinte unidade curricular: Saúde Coletiva e Educação Física. Foi identificado que n=7 (50%) contempla as unidades curriculares de: Políticas Públicas de Saúde e Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer. Dentre as outras unidades curriculares importantes como a epidemiologia, bioestatística etc., que são complementares para o estudo de Saúde Pública, n=4 (18,75%) abordam as unidades na matriz curricular.

Vale ressaltar que um mesmo curso pode abordar mais de uma unidade, por isso, se repete dentro das porcentagens encontradas.

Gráfico 3 – PPC's que contemplam disciplinas voltadas à saúde pública



Fonte: Da autora (2021).

*Contempla a unidade curricular: Saúde Coletiva e Educação Física

#Contempla as unidades curriculares: Políticas Públicas de Saúde e Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer.

Junto aos eixos norteadores propostos para os cursos de bacharelado pelas DCN, na Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018 dos Cursos de Graduação em Educação Física e está prevista, entre outras áreas, a saúde, que deve ser desenvolvida de acordo com as aplicabilidades da área.

Presentes no Art 18º do curso são evidentes as objetivas que dispõe sobre atuação do profissional de EF:

Art. 18 A Etapa Específica para a formação do Bacharel em Educação Física [...]:

[...]

c) intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde;

[...]

f) participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição, de planejamento e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação não escolar, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros; [...] (BRASIL, 2018, p.1).

De acordo com a revisão sistemática de Neves et al., (2015) sua análise feita pelo banco de dados de tese e dissertações da CAPES foram encontrados 145 títulos correlacionado a temática de Educação Física e à Saúde Pública/SUS, mostrando que ao final da seleção foi identificado 60 pesquisas problematizando nossa questão. Em outro momento a tese de Luiz (2016), objetivou investigar as disciplinas componentes da matriz curricular dos cursos de graduação em EF relacionado à saúde, verificou que as unidades curriculares de Saúde Pública e Coletiva corresponderam a apenas 18,0% do total.

Malacarne et al., (2021) em sua análise apontou ainda que temáticas do SUS como tema fundamental no entendimento de Saúde Coletiva tenham sido pouco abordadas, aparecendo nas ementas de somente duas disciplinas e, ainda assim, eletivas, restritas a períodos curtos e com insuficiência de temas a serem abordados. O tema “saúde” tem grande estima na área da EF, desde a adoção da área biomédicas atribuídas em seus valores. Porém, não obstante nos currículos, os quais ainda são antepostos os conteúdos biomédicos (OLIVEIRA; GOMES, 2019) e isso pode causar uma insuficiência na formação para a atuação em demais ramos da saúde, já que em grande parte dos depoimentos relataram que a incorporação da perspectiva da Saúde Coletiva nos cursos de EF são relativamente recentes (PASQUIM, 2010).

4.3 A IMPORTÂNCIA DA OFERTA DE DISCIPLINAS VOLTADAS À ATENÇÃO BÁSICA PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A Resolução nº 287/97 legitimou a Educação Física como uma das profissões da saúde e a inserção do Profissional de EF é assegurada no SUS, através do NASF, pela Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, que dá inclusive indicativos, planos e estimativos cabíveis à categoria para a ação integrada (BRASIL, 2008).

Refletindo em cursos que ofertam as competências de “formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora” (BRASIL, 2018, p.1) a qualificação de graduação e nas habilitações, bacharelado e licenciatura, se desperta atenção para as disciplinas concernentes com temáticas relacionadas à saúde (DESSBESELL; CABALLERO, 2016; PALMA, 2020; OLIVEIRA; GOMES, 2020), se faz necessário observar como as universidades estão atribuindo estas disciplinas e as inserindo em seus currículos, garantindo discussões, reflexões e práticas que legitimem o papel da EF dentro da Saúde Coletiva (MALACARNE et al.,2021).

O trabalho de Pasquim (2010) observou que a Saúde Coletiva era um conteúdo pouco trabalhado por eles, o que se refere em disciplinas isoladas, com cargas horárias restritas ou aplicadas de forma eletiva, na qual, demonstra dificuldade de interação com a prática profissional, especulando também, que nas universidades pesquisadas as disciplinas não eram organizadas o suficiente para corporificar quaisquer superações curriculares que possibilitam o desenvolvimento dos planos de políticas voltadas à saúde.

Neves et al., (2015), ao elaborarem uma revisão sistemática que incluiu 60 trabalhos publicados, envolvendo livros, dissertações, teses e artigos científicos sobre a temática da Educação Física na Saúde Pública entre os anos 2000-2012, perceberam um quantitativo significativo de trabalhos que faz críticas à hegemonia biofisiológica, dominante ao tratar o tema da saúde nos cursos de educação física.

O trabalho de Neves et al. (2015) objetivou-se aproximar a EF da saúde público-coletiva necessitando da reorientação do processo de formação acadêmica, que pouco tem se preocupado com o SUS. Mesmo com toda propagação e venda da ideia de promoção da saúde, quando a inserimos no âmbito da APS percebe-se que sua razão está mais canalizada na prevenção de doenças, em sua maioria as DCNT e degenerativas, que colocam o usuário como dependente do sistema (OLIVEIRA; GOMES, 2019).

Conforme Buss (2012) há uma significativa confusão entre promoção e prevenção, advindas da grande ênfase na remodelação de comportamento individual e do foco pertinente da redução de fatores de riscos para determinadas doenças. O autor expõe, ainda, que a prevenção só valeria caso não houvesse o acometimento do indivíduo, buscando medidas que evitem enfermidades, já a promoção da saúde ultrapassa a linha de prevenir, cujo objetivo seria identificar e enfrentar os determinantes do processo de saúde-doença.

Portanto, é extremamente importante contribuir com a criação de profissionais que detenham domínio de conhecimento em todas as suas possíveis áreas de atuação, além de formar profissionais críticos e flexíveis, preparados a de compreender e colaborar com a transformação da realidade social independente da realidade que estejam inseridos e envolvidos (COSTA et al.,2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou investigar a oferta de disciplinas voltadas à saúde pública nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) do curso de bacharelado em Educação Física ofertados no estado de Rondônia. Durante a pesquisa, 25 instituições foram localizadas através da plataforma e-MEC, na qual todas se enquadravam na categoria administrativa com fins lucrativos, ou seja, todas são instituições privadas.

No que diz respeito à modalidade de oferta, ficou evidenciado que 76% das instituições oferecem o curso na modalidade à distância, sendo que apenas 24% ofertam na modalidade presencial. O EAD está assegurado como a nova metodologia de ensino, entretanto é existente o questionamento se esses polos são capazes de fornecer acesso as práticas de ensino que fazem a parte essencial da inserção dos profissionais no âmbito de atuação.

Do total de instituições pesquisadas (25), apenas 11 delas disponibilizam o PPC em domínio público, ou seja, para acesso da população em geral. O PPC é um importante instrumento que apresenta a concepção de ensino e aprendizagem do curso, ou seja, sua estrutura, currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo, infraestrutura; e os procedimentos de avaliação do ensino, bem como as normas e regulamentações que regem o curso. Sendo assim, é uma fonte de informação sobre como funciona o curso e o que ele oferece, para que a população e os alunos em potencial possam escolher o curso que mais se adéque às suas necessidades. Além do mais, permite que pesquisas envolvendo a concepção dos PPC's sejam realizadas com mais profundidade.

A não disponibilidade acabou por inviabilizar a análise de 14 PPC's, que poderiam prover dados mais completos e resultados mais assertivos. No entanto, os resultados encontrados nos 11 PPC's disponíveis foram importantes para se discutir sobre a formação dos currículos de EF e as unidades curriculares ofertadas com vistas à atuação do profissional de EF na saúde pública.

Portanto, em relação à oferta de disciplinas voltadas à saúde pública, foi possível identificar a seguintes unidades curriculares: Saúde Coletiva e Educação Física; Políticas Públicas de Saúde e Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer. Dentre as outras unidades curriculares importantes como a epidemiologia, bioestatística etc. Dentre as apresentações das disciplinas que foi possível a

realização da análise, é observado às unidades de Saúde coletiva, que se mostra com maior transcendência para formação, devem ser divididas em teoria e prática, mas que se mostram sem manifestação da carga horária prática, principalmente nas IES de modalidade EAD.

De acordo Mendes et al., (2010), a comunidade está mais desperta sobre os efeitos positivos da Educação Física (EF), quanto em prevenção de doenças e promoção da saúde, porém, muitas vezes, as informações e direcionamento sobre a realização de atividade física ou acesso a serviços da área são quase inexistentes, dificultando e detendo a comunicação da profissão. Deste modo, quando se é garantido o espaço do profissional de EF, adjunto a equipe multiprofissional, aumenta-se a possibilidade de poder assistir com mais eficiência, garantindo atenção individual, coletiva e prescrevendo partindo da necessidade específica da forma correta de se realizar e sua intensidade (JESUS, 2013).

Ao longo da pesquisa, observou-se que a atuação do profissional de EF está contornada de subjeções de um sistema que não reconhece e o considera como um dos pilares importantes no processo de saúde-doença. Há uma crença errônea de que a ação de compartilhar informações sobre modos de vidas saudáveis garante que ela seja executada de forma correta, portanto, volta-se às atribuições que compete ao profissional de EF, que é o profissional capacitado para atender as diversas demandas, incluindo as dos núcleos de controle em saúde.

Com a pesquisa, foi possível apontar que existe a modulação dos PPC's com a inclusão de disciplinas, voltadas à saúde coletiva, em específico a atenção primária, entretanto, no que tange a linha de atribuição dessas disciplinas, com os dados analisados percebeu-se que pelo menos metade das IES do estado de Rondônia fornece uma estrutura limitada e incipiente para a abordagem completa da saúde coletiva e políticas públicas de saúde, inviabilizando sua atuação nas equipes multidisciplinares, tratando de forma curta e rente apenas aos princípios básicos do SUS e sua estruturação, que, embora sejam importantes, não são suficientes para qualificar o profissional para atuação. Com isso, observa-se uma lacuna criada entre a teoria e práticas de formação, tornando-os inseguros para atuação nesses campos, além da baixa capacitação do profissional em áreas de atenção coletiva e individual do SUS.

Dessa forma, foi possível concluir que a composição dos PPC's e das unidades curriculares voltadas à saúde pública apresentam duas problemáticas principais: a abordagem insuficiente, ficando restrita apenas aos aspectos mais gerais da saúde pública e as políticas do SUS; e a falta de aplicabilidade, na prática, dessas unidades curriculares na atuação do profissional de Educação Física, que necessita, além da teoria aplicada à área, uma prática completa e adequada, possibilitando, através do seu ciclo de formação, a aptidão para atender as necessidades do sistema público de saúde brasileiro.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar a discussão sobre o assunto, principalmente por conta da inviabilização de acesso a um número significativo de PPC's, que poderiam enriquecer a discussão. Sendo assim, espera-se que, para que haja uma formação mais adequada do profissional de EF para atuação na saúde pública, que os PPC's passem por um processo de reformulação, tanto na oferta das disciplinas, quanto na abordagem teórica e prática.

REFERÊNCIAS

ANJOS, T.C.; DUARTE, A.C.G.O. A Educação Física e a Estratégia de Saúde da Família: formação e atuação profissional. **Physis**, v.19, n.4, p.1127-44, 2009.

Acesso em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/Mzv7FrmpPNjYZLGKFJTjckq/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 18 de set. 2021

Bracht, V., Faria, B. A., Moraes, C. E. A., Almeida, F. Q., Ghidetti, F. F., Gomes, I. M., Almeida, U. R. (2011). A educação física escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento**, 17(2), 11-34. Disponível em:file:///C:/Users/Vitoria/Downloads/19280-83376-1-PB.pdf

Acesso em: 25 de out. 2021

BRASIL. Caderno temático: práticas corporais, atividade física e lazer. Brasília/DF:Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:caderno_praticas_corporais_atividade-fisica_lazer.pdf

Acesso em: 29 out. 2021

BRASIL. Caderno temático: práticas corporais, atividade física e lazer. Brasília/DF:Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:caderno_praticas_corporais_atividade-fisica_lazer.pdf

Acesso em: 29 out. 2021

Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990,

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm, e o Decreto 7508/11, de 28 de junho de 2011 que dispõe sobre a organização do SUS.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. Resolução n. 6, de 18 de dez. de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, Brasília, DF, dez 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877795/do1-2018-12-19-resolucao-n-6-de-18-de-dezembro-de-2018-55877683 Acesso em: 5 out. 2021

BRASIL. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. Resolução n. 6, de 18 de dez. de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, Brasília, DF, dez 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877795/do1-2018-12-19-resolucao-n-6-de-18-de-dezembro-de-2018-55877683 Acesso em: 30 out. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html

Acesso em: 11 Ago. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 687, DE 30 DE MARÇO DE 2006**. Brasília, 2006. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687_30_03_2006.html.
Acesso em: 25 out. 2021

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Diário Oficial da União nº 43, de 04/03/2008, Seção 1, fls. 38 a 42 Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html
Acesso em: 15 set. 2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Academia da Saúde : caderno técnico de apoio a implantação e implementação [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 220 p. Disponível em:
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/implatacao_academia_saude.pdf Acesso em: 28 Ago. 2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:
89.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf Acesso em: 18 Abr. 2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:
89.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf Acesso em: 25 set. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:
89.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf Acesso em: 08 out. 2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf.
Acesso em: 26 set. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf Acesso em: 18 set. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf Acesso em: 29 set. 2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf Acesso em: 3 out. 2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**, v. 2, p. 19-42, 2003.

CARVALHO, Yara Maria de. Educação Física e Saúde Coletiva: uma introdução. In: LUZ, M.T. **Novos saberes e práticas em Saúde Coletiva: estudo sobre racionalidades médica e atividades corporais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 19-34.

CASPERSEN. C.J., POWELL, K.E., CHRISTENSON, G.M. Physical activity, exercise and physical fitness. **Public Health Reports**, 1985. 100, 2, 126-131. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1424733/pdf/pubhealthrep00100-0016.pdf> Acesso em: 1 out. 2021

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Consórcio apresenta o maior panorama sobre o setor de atividade física nos países. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3513> Acesso em: 19 set. 2021

Conselho Federal de Educação Física-CONFEEF. **Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. CONFEEF/CREFs**. Rio de Janeiro: CONFEEF/CREFs, 2002. 3 p. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82> Acesso em: 15 de Ago. 2021

Conselho Federal de Educação Física-CONFEEF. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. **CONFEEF/CREFs**. Rio de Janeiro: CONFEEF/CREFs,

2002. 134 p. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/res-pdf/82.pdf> Acesso em: 11 set. 2021

Conselho Federal de Educação Física-CONFEF. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. **CONFEF/CREFs**. Rio de Janeiro: CONFEF/CREFs, 2002. 134 p. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/res-pdf/82.pdf> Acesso em: 28 out. 2021

CORRÊA LQ, VALÉRIO MP, TEIXEIRA AO, GUERREIRO LF, SILVEIRA DF, MACHADO PT, et al. A atuação da educação física nas residências multiprofissionais em saúde. **Rev Bras Promoção Saúde**. 2014;27(4):428-33. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2863/pdf> Acesso em: 28 out. 2021

COSTA, Larissa Chaves et al. Formação profissional e produtividade em saúde coletiva do profissional de educação física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 17, n. 2, p. 107-113, 2012. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1226/1825> Acesso em: 11 set. 2021

DA GUARDA, Flávio Renato Barros et al. Intervenção do profissional de educação física: formação, perfil e competências para atuar no Programa Academia da Saúde. **Revista Pan-amazônica de Saúde**, v. 5, n. 4, p. 12-12, 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v5n4/v5n4a08.pdf> Acesso em: 1 out 2021

DA SILVA, Vítor Tavares; NICOES, Cintia Ramos; KNUTH, Alan Goularte. SAÚDE COLETIVA E SAÚDE PÚBLICA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Pensar a Prática**, v. 24, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/61062/36387> Acesso em: 11 Ago. 2021

DE SOUZA NETO, Samuel et al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/Vitoria/Downloads/230-691-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Vitoria/Downloads/230-691-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 26 set. 2021

FALCI, Denise Mourão; BELISÁRIO, Soraya Almeida. A inserção do profissional de educação física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, p. 885-899, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KR83XRR4M6qDnGfc5DLqw9s/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 out. 2021

FALCI, Denise Mourão; BELISÁRIO, Soraya Almeida. A inserção do profissional de educação física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, p. 885-899, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KR83XRR4M6qDnGfc5DLqw9s/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 set. 2021

Fraga, A.B.; Wachs F. **Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e**

perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FRAGA, Alex Branco; CARVALHO, Yara Maria de; GOMES, Ivan Marcelo. Políticas de formação em educação física e saúde coletiva. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, p. 367-386, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/qw86pRDkvgJh4RwgHcrb6PH/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 26 set. 2021

FREITAS, Fabiana Fernandes de; BRASIL, Fernanda Kundrát; SILVA, Cinthia Lopes da. Práticas corporais e saúde: novos olhares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, n. 3, v. 27, p. 169-183, 2006. Disponível em:

<http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/81/87>. Acesso em: 15 Out. 2021

GALVIN, E.A; NAVARRO, F; GREATTI, V.R. A importância da prática do exercício físico para portadores de Diabetes Mellitus: uma revisão crítica. **Salusvita**, Bauru, v. 33, n.2, p.209-222, 2014. Disponível em:

https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v33_n2_2014_art_05.pdf Acesso em: 15 Ago. 2021

GALVIN, E.A; NAVARRO, F; GREATTI, V.R. A importância da prática do exercício físico para portadores de Diabetes Mellitus: uma revisão crítica. **Salusvita**, Bauru, v. 33, n.2, p.209-222, 2014. Disponível em:

https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v33_n2_2014_art_05.pdf Acesso em: 15 Ago. 2021

GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**.5ª ed. São Paulo: Atlas.

GUALANO, Bruno; TINUCCI, Taís. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, p. 37-43, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbefe/a/LdkT3DR37Cp8b7SzBXSjfhM/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 11 set. 2021

GUALANO, Bruno; TINUCCI, Taís. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, p. 37-43, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbefe/a/LdkT3DR37Cp8b7SzBXSjfhM/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 19 set. 2021

JESUS, Tânia Cristina de Oliveira. O sentido da educação física nos Programas de Saúde da Família (PSF) para a comunidade e profissionais de saúde. Universidade Federal do Goiás. Faculdade de Educação Física. p. 41. Goiás, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4619/5/TCCG%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20T%C3%A2nia%20Cristina%20de%20Oliveira%20Jesus.pdf> Acesso em: 25 out. 2021

LINARD, Andrea Gomes; CASTRO, Marina Martins de; CRUZ, Ana Kelly Lima da. Integralidade da assistência na compreensão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, p. 546-553, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rngen/a/vGvS8QRX9MHQdT4kQSpPCgK/?format=pdf&lang=pt>
t Acesso em: 9 de out. 2021

LOCH et al. **Rev Bras Ativ Fís Saúde**. 2019; Disponível em:<https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/13577/10958> Acesso em: 11 out. 2021

LOCH, M.R.; FLORINDO, A.A. A Educação Física e as residências multiprofissionais em saúde. **Rev. Bras. Ativ. Fis. Saude**, v.17, n.1, p.81-2, 2012. Disponível em:<https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1221/1015> Acesso em: 1 ou. 2021

LOCH, Mathias Roberto; DIAS, Douglas Fernando; RECH, Cassiano Ricardo. Apontamentos para a atuação do Profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde: um ensaio. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 24, p. 1-5, 2019. Disponível em:<https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/13577/10958> Acesso em: 3 nov. 2021

LUIZ, Angela Rodrigues. Ensino sobre saúde pública e coletiva nos cursos de graduação em educação física no Brasil. 2016. 89 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5670/5/Tese%20-%20Angela%20Rodrigues%20Luiz%20-%202016.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2021

LUIZ, Angela Rodrigues. Ensino sobre saúde pública e coletiva nos cursos de graduação em educação física no Brasil. 2016. 89 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5670/5/Tese%20-%20Angela%20Rodrigues%20Luiz%20-%202016.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2021

LUZ, M. T. Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas: análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 304-311, 2009. Acesso em: 3 nov. 2021

MACLEOD, S.F et al. Exercise lowers postprandial glucose but not fasting glucose in type 2 diabetes: a meta-analysis of studies using continuous glucose monitoring. **Diabetes/Metabolism Research and Reviews**, v. 29, n.8, p. 593-603, Nov. 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24038928/> Acesso em: 11 set. 2021

MALACARNE, José Augusto Dalmonte et al. A ABORDAGEM SOBRE “SAÚDE” NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Arquivos em Movimento**, v. 1, n. 1, p. 202-219. Disponível em: <file:///C:/Users/Vitoria/Downloads/39535-127364-1-PB.pdf> Acesso em: 28 out. 2021

Marques, M. M. Et al., (2016). El papel del entrenador en la enseñanza de competencias de vida a jóvenes brasileños em riesgo de vulnerabilidad social. *Universitas Psychologica*, 15(1), 129-139. doi: 10.11144/Javeriana.upsy15-1.peec.
Marrou, H. (2017). História da educação na Antiguidade. Brasília: Kíron. Disponível em:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216143/001118930.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 nov. 2021

MARSARO, Fernanda. ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, p. 383–387, 2012. Disponível em:file:///C:/Users/Vitoria/Downloads/291-1411-1-PB.pdf Acesso em: 15 Ago.. 2021.

MEDINA, J. P. S. A **Educação Física cuida do corpo e “mente”**: bases para a renovação e transformação da educação física. 7 ed. Campinas: Papirus, 1987.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. Disponível em:https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf Acesso em: 16 set. 2021

MENDES, M.A., ROMBALDI, A.J., AZEVEDO, M.R., BIELEMANN, R.M. HALLAL, P.D. Fontes de informação sobre a importância da atividade física: estudo de base profissional. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em :https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/717/724 Acesso em: 03 out. 2021

MORETTI, Andrezza C. et al. Práticas corporais/atividade física e políticas públicas de promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 18, p. 346-354, 2009. Disponível em:https://www.scielo.br/j/sausoc/a/tSBNXRvnhFbZVbmf8Z7Qx8b/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 22 out. 2021

NEVES, R L R; ANTUNES, P C; BAPTISTA, T J R; ASSUMPÇÃO, L O T. Educação Física na saúde pública: **Revisão Sistemática. R. bras. Ci. e Mov** 2015;23(2):163-177. Disponível em:file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Educacao_Fisica_na_Saude_Publica_Revisao_Sistemati.pdf Acesso em: 10 set. 2021

NEVES, R L R; ANTUNES, P C; BAPTISTA, T J R; ASSUMPÇÃO, L O T. Educação Física na saúde pública: Revisão Sistemática. **R. bras. Ci. e Mov** 2015;23(2):163-177. Disponível em:file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Educacao_Fisica_na_Saude_Publica_Revisao_Sistemati.pdf Acesso em: 10 set. 2021

NEVES, R L R; ANTUNES, P C; BAPTISTA, T J R; ASSUMPÇÃO, L O T. Educação Física na saúde pública: Revisão Sistemática. **R. bras. Ci. e Mov** 2015;23(2):163-177. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Educacao_Fisica_na_Saude_Publica_Revisao_Sistemati.pdf Acesso em: 08 out. 2021

NEVES, R. L. R.; ANTUNES, P. C.; BAPTISTA, T. J. R.; ASSUMPÇÃO, L. O. T. Educação Física na saúde pública: Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 2, n. 23, p. 163-177, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5197/3878>. Acesso em: 25 out. 2021.

NEVES, R. L. R.; ANTUNES, P. C.; BAPTISTA, T. J. R.; ASSUMPÇÃO, L. O. T. Educação Física na saúde pública: Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília**, v. 2, n. 23, p. 163-177, 2015. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5197/3878>. Acesso em:

25 out. 2021.

NEVES, R. L. R.; ANTUNES, P. C.; BAPTISTA, T. J. R.; ASSUMPÇÃO, L. O. T. Educação Física na saúde pública: Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília**, v. 2, n. 23, p. 163-177, 2015. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5197/3878>>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLIVEIRA, V. J. M.; GOMES, I. M. Os desafios da formação profissional em educação física para a área da saúde: uma interpretação a partir de periódicos da área. *Proposições*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100530>. Acesso em: 29 out. 2021.

OLIVEIRA, Victor José Machado de; GOMES, Ivan Marcelo. Os desafios da formação profissional em educação física para a área da saúde: uma interpretação a partir de periódicos da área 1 2. **Pro-Posições**, v. 30, 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/pp/a/ChSSTVXR7zpdkvWhRzz3fnt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 set. 2021

PASQUIM, H. M. A saúde coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 193-200, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/16.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

PASQUIM, Heitor Martins. A saúde coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. **Saúde e sociedade**, v. 19, p. 193-200, 2010. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BHqgs3z7TBzgZYpdzkhpN3C/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 out. 2021

PEDROSA, O.P.; LEAL, A.F. A inserção do profissional de Educação Física na estratégia de saúde da família em uma capital do norte do Brasil. **Rev. Movimento**, v.18, n.2, p.235-53, 2012. Disponível em:<https://www.redalyc.org/pdf/1153/115323638009.pdf> Acesso em: 06 out. 2021

PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2002. Disponível em:<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/463/48> Acesso em: 18 set. 2021

RÖHLING, M et al. Influence of Acute and Chronic Exercise on Glucose Uptake. **Review Article. Journal of Diabetes Research**, v. 2016, p. 33, 2016. Disponível em:<https://downloads.hindawi.com/journals/jdr/2016/2868652.pdf> Acesso em: 30 set. 2021

RUFATO, João Antonio; SILVA, Roberta Nathalie Oliveira. Educação Física no ensino a distância: uma revisão. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 17, 2020. Disponível em:<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1301-Texto%20do%20artigo-3194-1-10-20200228.pdf> Acesso em: 18 nov. 2021

SANTOS S, BENEDETTI TRB. Cenário de implantação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família e a inserção do profissional de Educação Física. **Rev Bras Ativ Fís Saúde**. 2013;17(3):188-94 Disponível em:<https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1857/1697> Acesso em: 03 out. 2021

SAPORETTI, Gisele Marcolino; MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro; BELISÁRIO, Soraya Almeida. O profissional de educação física e a promoção da saúde em núcleos de apoio à saúde da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 523-543, 2016. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/tes/a/WynbnjVhnFFBzYKDXbCyS4h/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 out. 2021

SILVA, Marcos R.; RUFATO, João A. Educação Física EaD no Brasil. In: MICALISKI, Emerson L.; FIGUERÔA, Katuscia M. (org.). Educação Física na EaD: histórico, cenários e perspectivas. São Paulo: Artesanato Educacional, 2019.

SILVA, Roberta Nathalie Oliveira; PEREIRA, Cátia Kelly de Faria; DIAS, Sergio Luís. Revisão integrativa sobre o ensino de modalidades esportivas nos cursos de Educação Física a distância: desafios para professores e alunos. In: XV ENFOC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XIV FÓRUM CIENTÍFICO, VI SEMINÁRIO PIBID - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E I Roberta Nathalie Oliveira Silva e João Antonio Rufato Caderno Intersaberes - v. 9 n. 17 – 2020 105 SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. Anais [...]. Curitiba (PR): UNINTER, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ENFOCUNINTER2019/190113-REVISAOINTEGRATIVA-SOBRE-O-ENSINO-DE-MODALIDADES-ESPORTIVAS-NOSCURSOS-DE-EDUCACAO-FISICA-A-DISTANCIA--DESAFIOS->. Acesso em: 18 de nov.

SOLHA, RAPHAELA KARLA DE TOLEDO. **Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas**. Saraiva Educação SA, 2014.

SOUZA-RABBO, M.P et al. The role of multidisciplinary team on cardiovascular rehabilitation program. **A Review. Ciência em Movimento**, Ano XII, N. 23. 2010/1. Disponível em:<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/RS/article/viewFile/98/62> Acesso em: 11 set. 2021

ANEXO



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Maria Vitória da Silva Reis

CURSO: Educação Física Bacharelado

DATA DE ANÁLISE: 20.11.2021

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **9,73%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet 

Suspeitas confirmadas: **5,17%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados 

Texto analisado: **93,62%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.7.1
sábado, 20 de novembro de 2021 12:01

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **MARIA VITÓRIA DA SILVA REIS**, n. de matrícula **31484**, do curso de Educação Física Bacharelado, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 9,73%. Devendo a aluna fazer as correções necessárias.

(assinado eletronicamente)
HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO
Bibliotecária CRB 1114/11
Biblioteca Júlio Bordignon
Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Assinado digitalmente por: Herta Maria de Acucena do Nascimento Soeiro
Razão: Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA
O tempo: 20-11-2021 11:33:39